COMISSÃO DE TURISMO

Projeto de Lei Nº 7.033, de 2014

Apensados: PL 6.730/2013, e do PL 6.168/2013.

Altera o art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre sinalização trilíngue.

Autor: SENADO FEDERAL - Jayme

Campos

Relator: Deputado VERMELHO

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Na discussão do Projeto de Lei nº 7.033, de 2014, no âmbito da reunião da Comissão de Turismo, acolhemos a sugestão de aprovar o PL nº 6.730, de 2013, apensado, de autoria do Deputado Sérgio Brito, que dispõe sobre a divulgação de informações de interesse turístico em terminais de passageiros interestaduais e internacionais.

Em face da explicação acima, reitera-se o voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 7.033, de 2014, e do Projeto de Lei nº 6.730, de 2013 na forma do SUBSTITUTIVO anexo, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.168, de 2013 e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado VERMELHO Relator





COMISSÃO DE TURISMO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI № 7.033, DE 2014

Apensado: PL 6.730/2013

Altera o art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre sinalização trilíngue.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o uso de sinalização vertical de indicação e especial de advertência expressas em três idiomas.

Art. 2º O art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º a 6º:

"Art.	80.	 										

§ 4º Nos trechos que sejam de interesse turístico ou estejam próximos à fronteira com outros países, a sinalização vertical de indicação e a especial de advertência, quando não expressas exclusivamente por meio de pictograma, deverão conter legenda enunciada nos idiomas português, espanhol e inglês.

§ 5º As placas hoje existentes e que não atendam ao disposto no parágrafo anterior serão substituídas apenas quando desgastadas ou danificadas além da possibilidade de reparo, ou para inserção de novas informações.





Art. 3º Esta Lei entra em vigor no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado VERMELHO Relator



